



Eixo 1: Estado, Capital e Políticas Públicas no Campo.

**NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR E A LUTA DAS
MULHERES CAMPONESAS: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PELAS MÃOS
FEMININAS**

Marli Souza Fagundes

Estudante de Assistência Social pelo Pronera/Via Campesina/UECE e Compõe a Direção Estadual na Bahia e Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

E-mail: baianampa@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar elementos sobre a importância do campesinato para superação das crises geradas pelo modelo capitalista de produção, tendo em vista, a alimentação saudável, diversificada e o respeito à natureza. Nesse sentido, traz como foco fundamental o papel das mulheres camponesas na construção da soberania alimentar à luz do contexto político – agrário encontrado no campo atual a partir dos modelos em disputa e os desafios quanto ao acesso e efetivação das políticas sociais públicas voltadas para esse tema.

Palavras-Chaves: Campesinato, Mulheres Camponesas, Políticas Sociais Públicas e Soberania Alimentar.

INTRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

O presente artigo tem por objetivo trazer elementos quanto ao papel do campesinato e das mulheres camponesas no âmbito da luta pela soberania alimentar no Brasil, além de identificar as contribuições e desafios das políticas sociais públicas, com vistas a estimular o protagonismo dessas mulheres, no processo de construção da soberania alimentar, mesmo diante da tentativa de invisibilidade das demandas do campesinato feminino e do avanço acelerado do modo de produção capitalista em sua fase perversa na atualidade. Num primeiro momento, levanta-se breves elementos sobre o contexto agrário no campo e a presença das mulheres camponesas. Num segundo momento, o texto irá tratar da relação entre o campesinato e a luta pela soberania alimentar, depois adentra o debate sobre as políticas sociais públicas e a soberania alimentar, com ênfase nos elementos que caracterizam o acesso e a participação das mulheres camponesas.

Esta pesquisa também diz respeito ao envolvimento e vivência na realidade camponesa e, mais ainda, com a causa assumida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que objetiva uma sociedade socialista em que fazem parte os sujeitos e sujeitas

também do campo, tendo consciência de que é preciso um plano alternativo para o campo brasileiro em contraponto ao existente e predominante na sociabilidade do capital.

Importa ressaltar que a participação nos debates e decisões do MPA tem motivado o estudo da temática, uma vez que a produção de alimentos saudáveis e a participação efetiva das mulheres na política e na produção camponesa e em todas as esferas que são necessárias para a construção do novo, todas estas esferas têm sido temas prioritários do referido movimento.

Este artigo é o início da pesquisa da graduanda onde a mesma levanta, neste momento, referências teóricas sobre o tema em questão, para, em seguida, nas pesquisas que seguirão aprofundá-las a partir da realidade da Comunidade Quilombola de Várzea Queimada, no município de Cáem - BA, Grupo de Base do MPA nesta região e exemplo de luta, resistência e produção camponesa. A metodologia da pesquisa em curso será o materialismo histórico dialético para melhor dialogar com o movimento da realidade que se apresenta.

I. MODELOS EM DISPUTA NO CAMPO BRASILEIRO E A PRESENÇA DAS MULHERES CAMPONESAS: REFLEXÕES INICIAIS.

O MPA enquanto movimento camponês que reafirma a agricultura camponesa como prática necessária para a produção de alimentos saudáveis, o campesinato como classe social em luta e o socialismo como horizonte de vida afirma que o problema atual no campo centra-se na permanência e expansão do capitalismo, como sinaliza o referido Paradigma da Questão Agrária. Assim nenhum trabalho, estudo, pesquisa ou noutra forma de produção do conhecimento que dispõe a olhar para a realidade do campo poderá fugir desta abordagem por ser ideologicamente necessária.

Assim, afirmando a leitura da realidade quanto aos processos de produção de alimentos da agricultura camponesa, podemos reafirmar que mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos/as brasileiros/as é resultado da produção das/os camponesas/es que vivem na roça e que mantem uma relação de solidariedade/reciprocidade com a natureza, com a sociedade e da reafirmação dos aspectos socioculturais dos seus modos de ser e viver e que neste cenário as mulheres tem um papel central. Como parte desta vivência, vem à reafirmação da soberania alimentar enquanto autonomia dos povos e das comunidades

camponesas, como prática que contraponha à lógica da segurança alimentar¹. A soberania alimentar vem como instrumento político da agricultura camponesa, sendo este o modelo que está a serviço da classe trabalhadora, diferente do agronegócio que destrói territórios e os modos de viver e produzir (SILVA, 2016, p. 188).

Neste campo em disputa, segundo SILVA (2016) a presença das mulheres camponesas tem papel fundamental, pois a partir da América Latina e Caribe as mulheres camponesas produzem mais de 45% dos alimentos² e desempenham um papel importante na preservação da biodiversidade, garantindo assim tanto a soberania quanto a segurança alimentar. Segundo Ester Vivas:

Nos países do Sul, as mulheres são as principais produtoras de comida, as encarregadas de trabalhar a terra, manter as sementes, coletar os frutos, conseguir água, cuidar do gado... Entre 60 e 80% da produção de alimentos nestes países recai sobre as mulheres, sendo uns 50% em nível mundial (FAO, 1996). Elas são as principais produtoras de cultivos básicos como o arroz, o trigo e o milho, que alimentam as populações mais empobrecidas do Sul global. Entretanto, apesar de seu papel chave na agricultura e na alimentação, elas são, juntamente com os meninos e meninas, as mais afetadas pela fome.³ (VIVAS, 2012).

Olhando para o trabalho feminino e sua distribuição, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) coloca que existe participação de 60% a 80% de trabalho feminino na agricultura dos países do Sul (PAULILO, 2013, p. 286). Ao final estas mulheres têm atuado da “produção tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização”⁴ (COSTA; SOUSA; SOUSA; GONÇALVES). Olhando para a distribuição das mulheres dentro da população do campo, percebe-se, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) /IBGE (2010) que,

a população rural é formada por 47,9% de mulheres e 52,1% de homens. Em relação à ocupação no meio rural, a maior parte das mulheres trabalha para o autoconsumo (46,7%) ou com trabalho não remunerado (30,7%). Conforme documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2007), as mulheres representam quase metade da população rural brasileira e o segmento da população mais afetado pelos processos migratórios,

¹ (...) utilizado pelos governos para definir estratégias de políticas públicas, traz a concepção a garantia do alimento em quantidade e qualidade às populações em situação de insegurança alimentar. (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015. pp.184-185).

²DUARTE, Livia. **Camponesas para a soberania alimentar**. 2012. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/noticias/noticias/2012/julho/camponesas-para-a-soberania-alimentar>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

³VIVAS, ESTER. **Soberania alimentar, uma perspectiva feminista**. Disponível em: <http://esthervivas.com/portugues/soberania-alimentar-uma-perspectiva-feminista/> . Acesso em: 06 de maio de 2015.

⁴ COSTA, Maria José da; SOUZA, Sônia Maria da Costa; SOUZA, Geovana Raimunda de; GONÇALVES, Maria. **Mulheres camponesas construindo sonhos no chão do semiárido: PAA e soberania alimentar nas mãos das camponesas**.

assumindo cada vez mais a responsabilidade pelo grupo familiar a que pertencem. Cerca de 77,9% das mulheres rurais, de acordo com o Dieese/IBGE (2009), são consideradas sem rendimento fixo⁵ (BRASIL, 2015, p.9).

Em contraposição a este dado estas mesmas mulheres vivem numa situação de desigualdade social, política e econômica muito grave, onde apenas 30% delas possuem a titularidade da terra, 10% dos créditos e 5% da assistência técnica, segundo dados da FAO.

As mulheres representam, em média, 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, variando esta taxa de 20%, na América Latina, a até 50% na Ásia oriental e África subsaariana. Na verdade, as estatísticas subestimam a contribuição da mão de obra feminina ao trabalho nas lavouras, porque, geralmente, as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico. Porém, levantamentos feitos em várias regiões levam a acreditar que são as mulheres que fazem a maior parte do trabalho agrícola nos países em desenvolvimento. (PAULILO, 2013, p. 285).

A situação das mulheres camponesas da América Latina e Caribe perpassa por diversos desafios, já que, mesmo com muita resistência política feminina no campo o quadro que temos, segundo a FAO, nos traz o seguinte contexto: A) 58 milhões de mulheres vivem no campo; B) 54% das trabalhadoras do campo estão abaixo da linha da pobreza; C) As mulheres representam 20% da força de trabalho no campo na América Latina e Caribe, enquanto a nível mundial representam, aproximadamente, 43% da força de trabalho no campo nos países em desenvolvimento. Em contradição, vivem em piores condições que os homens; D) 17 milhões formam parte da população economicamente ativa; E) 4 milhões e meio são produtoras agropecuárias.

Aliado a estes elementos têm-se as diversas formas de violências sustentadas pelo patriarcado que nos traz que de 2001 a 2011 foram mortas mais de 50 mil mulheres por violência dos seus companheiros. Onde no país registra-se que 61% das mulheres mortas no Brasil são negras e pobres e em dados gerais faz morrer 1 mulher a cada hora e meia e 15 mulheres a cada dia. Registra-se ainda que 54 % das mulheres mortas por violência no Brasil são jovens e que, segundo dados de 2015 da Central 180, 38,72% das mulheres em situação

⁵ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tecendo_saude_mulheres_campo_floresta.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

de violência sofrem agressões diariamente; para 33,86%, a agressão é semanal (Central 180, 2015).

Diante deste cenário e, na intencionalidade de construir um outro espaço em sociedade e no campo para as mulheres, o MPA tem conduzido uma construção coletiva para materialização do Plano Camponês, com a necessidade de reafirmar a presença feminina e sua importância na reflexão da soberania alimentar, assim como fomentar o pensar ações de enfrentamento ao patriarcado e suas diversas manifestações e, por último, garantir o acesso pelas mulheres de todas políticas públicas e sociais necessárias à sua sobrevivência.

II. O CAMPESINATO E A LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR.

O campesinato é compreendido como modo de ser, viver e de produzir no campo no âmbito das relações que envolvem a natureza, o trabalho e as famílias. São relações sociais, econômicas e culturas construídas historicamente e que sofrem os rebatimentos das mudanças societárias, transformando a realidade do campo. De acordo com Carvalho (2005).

Essa multiplicidade de formas de apropriação da natureza relacionada histórica e socialmente com as formas de resistência [...] contra a sua exclusão social para a reprodução social das famílias e de acesso à posse dos recursos naturais proporcionaram a diversidade camponesa atual. (CARVALHO, 2005, p. 171).

Nesse aspecto, ao longo da história o campo tem sofrido modificações importantes, sobretudo, com a adoção da agricultura empresarial, da então denominada revolução verde, modelo construído com vistas à implantação do capitalismo no campo e obtenção de maiores lucros. Faz parte do referido modelo um pacote tecnológico incluindo-se, dentre outros elementos, os agrotóxicos que, por sua vez, são causadores de doenças como o câncer, empobrecimento do solo e extinção de plantas e outros seres vivos na natureza. Em contraponto a esse modelo imposto, o campesinato tem buscado formas de resistência com base em sua prática histórica como nos relata Carvalho (2015):

[...] os camponeses desenvolvem uma práxis social que lhes proporciona não apenas a reprodução social da sua família como produtores rurais, mas a afirmação de um modo de produzir que nega e supera as formas sugeridas pelas empresas capitalistas de geração de tecnologias. O conflito entre sementes nativas e aquelas produto da transgenia é exemplo desse conflito de interesses. (CARVALHO, 2015, p. 8).

Com essa afirmativa, pode-se perceber que o campesinato como modo de ser e de viver, tem tido papel importante no contraponto ao modelo capitalista de produção e sua invasão no território camponês. Silvio Tendler (2011 e 2014), em sua obra fílmica relata vários casos de envenenamento e morte de trabalhadores por conta do uso abusivo de agrotóxicos e o manuseio inadequado dos mesmos. Apresenta ainda as possíveis alternativas em contraponto a sua utilização e destaca que a liderança do Brasil no cenário mundial no uso desses produtos nocivos. Ainda nesse aspecto, constata-se o histórico processo de tomada do território camponês pelas grandes empresas, fazendeiros e pelo próprio Estado e seus projetos faraônicos. Nesse sentido, percebe-se o campesinato como indispensável na busca de possíveis saídas da atual conjuntura societária.

É importante destacar que a chamada Revolução Verde foi a responsável pela grande perda de parte da variabilidade e também da diversidade das plantas cultivadas, por conta da transformação de agroecossistemas em monocultivos de variedades de estreita base genética. Nesse aspecto, evidencia-se que a sociedade também está imersa em duas crises diretamente ligadas à vida e à existência dos seres, a chamada crise alimentar e a crise ambiental. Compreender as determinações sociais, políticas e econômicas das referidas crises é de ordem primária para compreendê-las em sua essência, inclusive para apreensão crítica do que se entende por “segurança alimentar” e “soberania alimentar”, esta primeira tão propagada atualmente. De acordo com a Via Campesina, a soberania alimentar deve ser distinguida da segurança alimentar; não é apenas uma questão de assegurar que uma quantidade suficiente de alimentos seja produzida nacionalmente e disponibilizada para todos. O problema de qual alimento é produzido, como ele é produzido e em que escala, é igualmente importante. [...]. (DESMARAIS, 2013, p. 41).

Nesse sentido, o campesinato é imprescindível como modo de ser camponês, na resistência e nas alternativas frente ao modelo de produção adotado pelo capitalismo, o agronegócio. É o que revela os estudos desenvolvidos e a ciência prática e diária da luta camponesa no Brasil “[...] o campesinato tem um conjunto de princípios, valores e modo de vida que permitem sua continuidade e, mais do que isso, contribuirá com o conjunto da sociedade diante da crise civilizatória e da necessidade (MPA, 2013, p.41).

É também necessário sublinhar a relevância do campesinato na sustentação da nação, isso por entender que não é possível a existência da sociabilidade humana sem a relação com a natureza e a ação dos homens e mulheres sobre esta através do processo de trabalho. No entanto, o que se deve destacar é que por conta do modo de produção capitalista, que visa unicamente à obtenção de lucros, vê-se a constante ameaça a sobrevivência humana. Nas

palavras de Harvey (2011), essa relação com a natureza estabelecida pelo capital pode ser denominada de “destruição criativa da natureza”:

A longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de ‘segunda natureza’ – a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou nada, da ‘primeira natureza’, que existia antes de os seres humanos povoarem a terra. [...] Nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a terra tem aumentado enormemente. (HARVEY, 2011, p. 151).

Nesses tempos de destruição acelerada da terra e de seus recursos naturais de forma geral com base, sobretudo, na mercantilização destes com formas diversas de privatizações, não aconteceu sem que houvesse resistência e lutas da classe camponesa. Nessa ótica, e tendo em vista os limites postos para uma transformação mais radical da sociedade em seu sistema atual, tem sido feitas importantes ações resultantes das lutas pela sobrevivência e melhoria das condições de vida no campo. Baseado nessas afirmações deve-se tratar as políticas sociais públicas voltadas para o campo como conquistas, e ao mesmo tempo perceber as fragilidades e contradições que as envolvem.

III.POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS E A SOBERANIA ALIMENTAR: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ACESSO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS.

O Estado cumpre um papel fundamental na criação e efetivação das políticas sociais, as quais por sua vez também se constituem frutos da organização e mobilização da classe trabalhadora. Todavia, no capitalismo contemporâneo, as políticas adotadas pelos governos neoliberais não permitem mudanças profundas e estruturais por conta da sua natureza ideológica. Com isso, constata-se uma série de ações que condizem com o modelo de desenvolvimento adotado pelo capital. Diante disso, destacam-se algumas das características das políticas sociais adotadas por estes governos, conforme Manzano (2013):

Dentre as principais políticas adotadas pelos governos neoliberais estavam os programas de privatizações de empresas estatais nos setores estratégicos e de serviços públicos, favorecendo o avanço dos processos de oligopolização e monopolização do capital. O desmonte do Estado de bem-estar se deu através do corte nos gastos sociais e da mercantilização dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores, os quais foram convertidos em bens ou serviços adquiríveis no mercado (saúde, educação, seguridade social transformam-se em mercadorias). [...]. (MANZANO, 2013, p.110).

A investida do capital nacional e internacional no campo tem rendido transformações no jeito de ser e viver camponês, influenciando desde a cultura até as formas de relações historicamente construídas, mas o campesinato concentra formas de luta e resistência. Dessa maneira faz-se necessário que os setores comprometidos com a causa busquem formas de contribuição para com essa resistência e mais ainda para o processo de avanço da classe camponesa.

Já os pequenos agricultores compõem um segmento heterogêneo, em que alguns se tornam ‘parceiros’ das grandes empresas para ter delas a possibilidade de comercialização (que uma política pública poderia oferecer) e assim recebem a imposição de um pacote tecnológico que inclui os mesmos agrotóxicos, sem contar, entretanto, com o aporte técnico para proteger seus familiares ou seus poucos empregados. [...]. (RIGOTTO; et al, 2012, p.3).

O investimento na agricultura camponesa de maneira efetiva não tem sido prioridade no orçamento da União. É o que demonstram os dados do Governo Federal no que se refere aos recursos destinados à agricultura familiar em comparação ao agronegócio, em que este último terá um investimento de R\$187,7 bilhões e somente R\$28,9 bilhões para a agricultura familiar, recurso previsto no Plano Safra 2015/2016.

Mesmo diante das conquistas obtidas pela população camponesa até o momento no que se refere à melhoria da vida no campo, se faz pertinente frisar o processo tardio que esses sujeitos em geral tiveram acesso às políticas sociais públicas, e mais ainda, a necessidade da compatibilidade das existentes com a realidade vivenciada pelos/as sujeitos/as camponeses/as, inclusive culturalmente. Não é difícil imaginar o grau aumentado de dificuldade quando o assunto é o acesso por parte das mulheres camponesas a essas políticas. Sobre o acesso a terra, um dos elementos principais para desenvolvimento da soberania alimentar, Vivas (2009) explícita:

A terra é um ativo muito importante: permite a produção de alimentos, serve como investimento para o futuro e como aval, implica no acesso ao crédito, etc. As dificuldades das mulheres em possuírem terras é uma mostra a mais de como o sistema agrícola e patriarcal prejudica principalmente a elas. E quando elas têm a titularidade, se trata, na maioria das vezes, de terras com menor valor ou extensão. (VIVAS, 2009, p. 05).

Nesse cenário é importante destacar a construção da soberania alimentar trazendo para o centro do debate as políticas sociais públicas, em especial, com vistas à população camponesa feminina. Há uma relação intrínseca entre as mulheres camponesas e a soberania alimentar “[...], pois segundo a FAO (1996), as mulheres são responsáveis por 60 a 80% da produção de alimentos nos países do sul e 50% no mundo inteiro. Portanto, as mulheres

cuidam da produção tanto de autoconsumo quanto para comercialização”. (COSTA; SOUSA; SOUSA; GONÇALVES, 2016).

Nesse aspecto são pertinentes os relatos sistematizados sobre algumas experiências desenvolvidas no campo para o alcance do fortalecimento da agricultura camponesa e a inserção das mulheres. Conforme os referidos autores, “existem experiências que envolvem a produção de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁶ que possibilitam a participação direta das mulheres nas tomadas de decisões, na geração de renda às famílias e na conservação das sementes [...]” (idem, p. 52).

Cabe salientar que o Programa de Aquisição de Alimentos – (PAA) tem contribuído para autonomia econômica das camponesas. Em suas várias modalidades, “valoriza o trabalho feminino, ao criar canais de comercialização para seus produtos, a um preço justo e com formas de operação que atendem às suas necessidades (entregas parceladas, constantes, em pequenas quantidades)”. (SILIPRANDI & CINTRÃO, 2011, p. 01). Contudo, para o ingresso e acesso ao crédito é necessária a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), este documento, assim como em outras políticas voltadas a agricultura familiar, reforça a ideia da unidade familiar de produção como um bloco homogêneo, desconsiderando as diferenças internas existentes, cerceando a visibilidade das mulheres agricultoras no espaço público.

Quando são analisadas as formas de acesso ao crédito rural é possível identificar que, embora tenham sido criadas linhas de crédito específicas para as mulheres, as formas de enquadramento e o seu acesso limitam a participação das mulheres. A Declaração de Aptidão (DAP) ao Pronaf, principal documento de acesso ao crédito, é limitada a uma por unidade familiar, conforme determinam as normas do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar, Resolução 4107 de 28 de junho de 2012, do Banco Central do Brasil. (DOMINGUES; et al. 2016, p. 58).

Nesse contexto ocorre uma naturalização das práticas discriminatórias em relação às mulheres. “A interpretação de que o titular do projeto ‘tem que ser’ o homem, porque ele é o ‘chefe da família’, ‘o cabeça da DAP’, são exemplos desse comportamento, que se desdobra no preenchimento dos documentos em nome do homem [...]” (SILIPRANDI & CINTRÃO, 2011, p. 18). Para as autoras esses encaminhamentos legitimam a invisibilidade das mulheres

⁶ O PAA foi criado em 2003 como uma das políticas estruturantes da Estratégia Fome Zero. Através dele, podem ser adquiridos alimentos diretamente de agricultores familiares e suas organizações, com dispensa de licitação, para serem doados para instituições sociais (hospitais, entidades assistenciais, escolas) e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (que recebem cestas de alimentos), ou serem destinados à formação de estoques públicos. Seus objetivos são, por um lado, incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional. (SILIPRANDI & CINTRÃO, 2011, p. 03).

como agentes econômicos e produtivos na agricultura familiar, colaborando para que o espaço dentro da unidade de produção e da família permaneça como ambiente de subordinação.

Apesar desses elementos, constatam-se avanços nos últimos períodos na esfera das políticas públicas para o campo, no entanto, a participação efetiva das mulheres camponesas é ainda um desafio. Este dado sinaliza uma fragilidade não só no âmbito da oferta dessas políticas, mas também, é revelador da necessidade de um processo formativo que contribua para essas mulheres perceberem as condições de desigualdade e subalternidade impostas, assim como as formas de superação. Sobre esse mote a afirmação do MPA (2013) elucida:

Compreendemos que a superação da desigualdade de gênero não se dará por decreto, mas sim, por uma construção social de outra natureza em que a igualdade entre os seres humanos seja o princípio básico. Portanto, um conjunto de ações deve ser implementado para assegurar às mulheres a igualdade no acesso às oportunidades de conhecimento e formação; desenvolvimento de atividades produtivas; acesso a terra, à comercialização, às políticas públicas, entre outros. Dessa forma, a vida prática e cotidiana permite às mulheres superarem a subordinação a qual estão submetidas, muitas vezes, por falta de documentos, acesso às políticas públicas, ao conhecimento etc. (MPA, 2013, p.81).

Nessa perspectiva, há que se avançar no enfrentamento da herança patriarcal que tem acompanhado as formas de sociedades anteriores e persiste ainda na atualidade, pois esta tem se enraizado e dificultado consideravelmente a autonomia das mulheres uma vez que pressupõe, dentre outras questões, que a mulher deve ser submissa ao pai, marido, filhos e afins. Desta forma, fica esta mulher desprovida de ter vez e voz no ambiente familiar e, por consequência, na sociedade como um todo. Evidentemente, essa história tem sido acompanhada de diversas formas de luta e de conquistas no âmbito dos direitos. Entretanto, ainda, insuficientes ao desafio maior que envolve a total autonomia e poder de decisões por parte das mulheres sobre suas vidas e na sociedade de forma geral. Como nos traz Saffioti (1976):

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais. Lança mão da tradição para justificar a marginalização eletiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização da mulher, passa a inferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. [...] A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. [...] as oportunidades oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão, ou em outros

termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas. (SAFFIOTI, 1976, p. 35-36).

Sobre realidade das camponesas, importa frisar o caráter conservador presente no núcleo familiar, no qual as desigualdades de gênero são bastante expressivas, não só por terem como referência para todo planejamento familiar o ser masculino, mas, por vivenciarem o direcionamento das políticas sociais públicas do campo voltadas para “o representante”, “o homem responsável” pelo núcleo familiar, confirmando assim, a dificuldade das mulheres camponesas de fortalecerem sua autonomia, darem visibilidade e incremento ao trabalho que desenvolvem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da sociedade capitalista tem como característica a tentativa de manutenção da classe trabalhadora do campo e da cidade submissa e totalmente excluída do acesso aos meios de produção, o que não quer dizer que tenham aceitado passivamente essa situação, muito pelo contrário, têm lutado historicamente por seus direitos. Nessa direção compreende-se a luta das mulheres camponesas como expressão da luta de classes por direitos e contra a exploração e expropriação do trabalho, pela autonomia e protagonismo do campesinato feminino, pela liberdade e igualdade de gênero.

Nessa perspectiva, deve-se reafirmar a importância o debate da questão agrária e, mais ainda, ações contundentes para que a classe camponesa possa ter acesso digno a terra e aos direitos legítimos no sentido da viabilidade da produção de alimentos saudáveis e, de fato, possibilidade de se ter uma vida digna no campo, para população camponesa que vem sustentado o povo brasileiro apesar de todas as dificuldades e contradições que se colocam no decorrer desse caminho.

Está posto o desafio para o MPA, Via Campesina e os demais movimentos sociais do campo, de avançar ainda mais no estímulo e na organização da produção camponesa rumo à soberania alimentar como forma de enfrentamento ao agronegócio e à ofensiva do capitalismo sobre a classe trabalhadora. Também está posto o desafio ao Serviço Social, de contribuir com estudos e pesquisas, com a produção do conhecimento nesse âmbito, e também pela compreensão de que a profissão tem, sem dúvidas, um papel importantíssimo na construção de outra sociabilidade. Esta afirmativa tem base no processo histórico da profissão, tanto no âmbito da formação, quanto na prática profissional e, sobretudo, no seu Projeto Ético Político, elemento que orienta o horizonte a ser alcançado.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1º Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, Rio do Janeiro: Vozes, 2005.

COSTA, Maria José da; SOUSA, Sônia Maria da Costa; SOUSA, Geovana Raimunda de; GONÇALVES, Maria. Mulheres camponesas construindo sonhos no chão do semiárido: PAA e soberania alimentar nas mãos das camponesas. In: **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. – 1 ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

Dilma destina R\$28,9 bi para agricultura familiar, maior volume de crédito da história. Publicado em **Blog do Planalto presidência da república**, 22 de junho 2015. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/governo-destina-r-289-bi-para-agricultura-familiar-20-a-mais-que-em-2014/>, Acesso em: 30 de junho 2015.

DOMINGUES, Thais; et al. **Mulheres em movimento: rompendo barreiras, construindo sonhos**. In: *Diversidade produtiva das mulheres do MPA*. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. [S. l.]: Boitempo, 2011.

MANZANO, Sofia. **Economia Política para trabalhadores**. São Paulo: IPC, 2013.

MPA. **Plano camponês: construindo o novo caminho da roça**. Plano Nacional de ações para a soberania alimentar desde uma perspectiva de gênero. Brasil, 2013.

TENDLER, Silvio. **O veneno está na mesa I e II**. Direção: Silvio Tandler. Produção: Silvio Tandler. Roteiro: Silvio Tandler. Narração: Caco Ciocler; Dira Paes. Trilha sonora: Lucas Marcier. Realizador: Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida; Silvio Tandler. [S.l.]. CALIBAN Cinema e conteúdo. 2011. DVD (49 min. 20 seg.).

PAULILO, Maria Ignez S.. **FAO, Fome e Mulheres Rurais**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013, pp. 285 a 310. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n2/02.pdf>. Acesso em: 12 de Julho de 2015.

RIGOTTO, R. M. et al. **Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará**. 1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. 384p.

SILIPRANDI, Emma & CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2011.** Disponível em: <http://esthervivas.com/portugues/soberania-alimentar-uma-perspectiva-feminista/>. Acesso em: 20 abril 2016.

SILVA, Leila Santana da. **Mulheres em Movimento por garantia de direitos: pela emancipação feminina, soberania alimentar na construção do Plano Camponês.** P. 188. In: **Diversidade produtiva das mulheres do MPA.** – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.

TAVARES, Jozelita; COSTA Josineide; FAGUNDES, Marli (Org.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA.** – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.

VIVAS, Esther. **Soberania Alimentar, Uma Perspectiva Feminista.** El Viejo Topo, nº. 288, Enero 2012. pp. 47 – 55. Disponível em: <http://esthervivas.com/portugues/soberania-alimentar-uma-perspectiva-feminista/>. Acesso em: 20 agosto 2015.